

Comunicação pública não deveria entrar em defeso



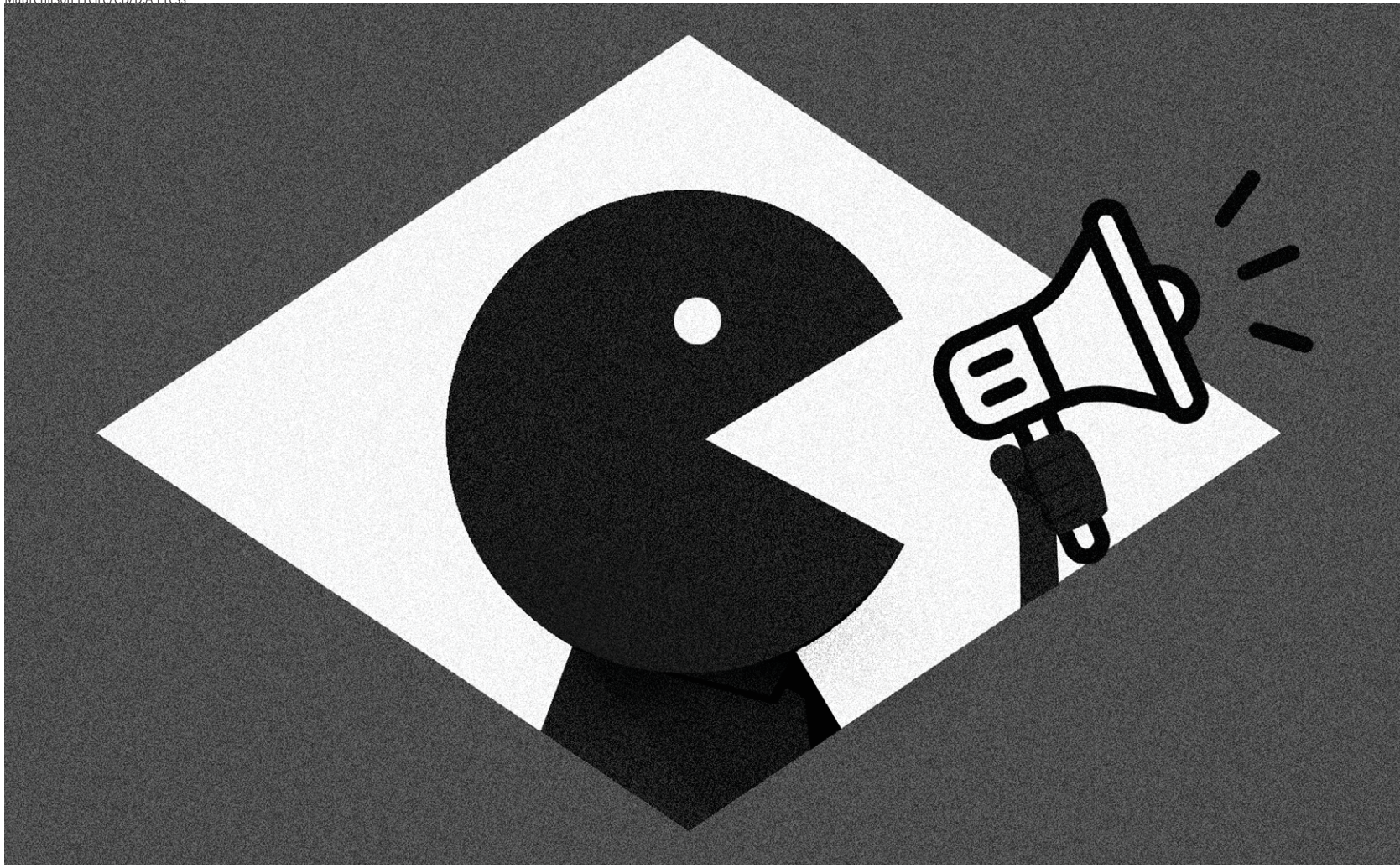
» JORGE DUARTE
Presidente da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública)

Nas últimas semanas muita informação de interesse público desapareceu de sites, portais e redes sociais de órgãos públicos por causa da legislação eleitoral. É o velho caso de jogar fora o bebê junto com a água do banho. Nos três meses anteriores às eleições, é vedada a publicidade institucional nas esferas com cargos em disputa — neste ano, a federal e as estaduais — para impedir que a estrutura do Estado seja usada em favor de candidaturas. Faz sentido, embora saibamos que a campanha começa no primeiro dia de mandato. O que não faz sentido é a reação de muitos órgãos: esconderam acervos, suspenderam publicações e reduziram drasticamente a comunicação com a sociedade. Desde 4 de julho, equipes de comunicação, consultorias jurídicas e gestores gastam tempo em reuniões e grupos de WhatsApp (e textos como este) discutindo o que pode ficar no ar. Uma questão que já deveria estar resolvida virou operação de emergência. Como ninguém quer correr risco, retira-se tudo o que possa gerar dúvida. A Polícia Federal (PF) ocultou notícias de seu portal. O Arquivo Nacional restringiu publicações até o fim do defeso. O Ibama arquivou notícias e postagens anteriores. A Biblioteca Digital do Iphan ficou indisponível. Instituições muito diferentes chegaram ao mesmo ponto: parte da informação pública deixou de ser acessível porque começou o período eleitoral. A lei é exigente, e deve ser. O cidadão, porém, não deveria pagar a conta.

A EBC (Empresa Brasil de Comunicação) virou o caso mais barulhento. Tornou indisponíveis, em portais, redes sociais e até na intranet, conteúdos publicados desde 2023 que se enquadrariam nas restrições eleitorais, seguindo orientações da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e da Advocacia-Geral da União (AGU). Informou que conteúdos jornalísticos, documentais, históricos e educativos permaneceriam no ar, mas a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) estimou em quase 150 mil os itens a retirar, entre matérias, fotos, áudios e podcasts. Se era promoção política, não deveria ter sido publicado. Se não era, não deveria ter saído do ar. A própria EBC levou a questão ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), pedindo segurança jurídica para distinguir produção jornalística de publicidade institucional. Isso diz muito: uma empresa criada para prestar comunicação de interesse público não se sentiu segura para manter parte de seu conteúdo jornalístico no ar. Segundo a Folha de S.Paulo, parte do material começou a voltar, reforçando a falta de critério claro e praticável. Nas consultas do TSE para as eleições de 2024 e 2026, a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública) defendeu critérios mais claros para distinguir publicidade institucional, comunicação pública e produção jornalística. A confusão era conhecida antes de milhares de conteúdos saírem do ar. O que interessa aqui é o efeito sobre o cidadão. Há uma espécie de confissão involuntária nessa correria para apagar marcas, notícias e acervos. A informação de interesse público é rotineiramente misturada com a promoção de autoridades e a tentativa de construir reputação política com dinheiro público. Chegada a eleição, separar o joio do trigo é trabalhoso e arriscado demais. Tira-se muito mais do que o necessário. Fora do defeso, práticas discursivas são tratadas

com naturalidade. Governos criam marcas próprias, como se o Estado mudasse de dono a cada mandato. Não é difícil encontrar publicações pagas com dinheiro público, recheadas de autoelogio e fotos de dirigentes. Agendas rotineiras de autoridades ganham destaque enquanto informações de serviço e orientações sobre direitos ficam em segundo plano. É injusto colocar essa conta nos profissionais de comunicação. A presença excessiva de autoridades nos canais públicos costuma resultar da cultura do serviço público e da pressão de quem dirige a instituição. O comunicador nem sempre é quem decide, mas quem tenta reduzir o estrago. Claro que nem toda notícia institucional é propaganda, e autoridades não precisam desaparecer da comunicação. A distorção começa quando a autoridade vira o assunto principal ou uma política pública é apresentada como realização pessoal, não como direito do cidadão. O problema está no padrão adotado ao longo de toda a gestão. A comunicação deve ser impessoal, útil e separada da promoção de governos e dirigentes, não apenas no período eleitoral. A perspectiva precisa ser a do cidadão. Ele precisa saber onde buscar atendimento, como acessar um benefício, quais riscos enfrenta e o que mudou numa política pública. A eleição não elimina essa necessidade. Isso exige critérios permanentes para distinguir comunicação pública, produção jornalística e publicidade institucional, além de transparência sobre os recursos destinados à comunicação. Também é preciso impedir, durante todo o mandato, o uso de dinheiro público para criar marcas de governo, promover autoridades e transformar canais institucionais em instrumentos de exaltação da gestão. A comunicação na área pública não deveria mudar radicalmente três meses antes das eleições. Deveria ser feita, durante todo o mandato, de modo que não precisasse entrar em defeso.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



O debate sobre a “taxa das blusinhas” esqueceu as pequenas empresas



» LARA GURGEL
Diretora-executiva da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas (Abraec)

Em 2025, o Brasil registrou a abertura de 4,6 milhões de novos pequenos negócios, dos quais 77% correspondem a microempreendedores individuais, 19% a microempresas e 4% a empresas de pequeno porte, segundo o Sebrae. Os números evidenciam uma realidade incontornável — a economia brasileira é sustentada, em larga medida, pelas micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), responsáveis por geração de empregos, renda e dinamização do mercado interno. Nesse contexto, o debate sobre a chamada “taxa das blusinhas” não pode se limitar à ótica do consumidor final. Embora as discussões públicas se concentrem, legitimamente, nos impactos para as compras internacionais de baixo valor realizadas por pessoas físicas em marketplaces, existe uma dimensão menos visível desse tema que afeta diretamente produtividade, competitividade e capacidade de crescimento de milhares de pequenos negócios brasileiros. Por trás desse debate, estão oficinas mecânicas, assistências técnicas, pequenos varejistas, empreendedores digitais e empresas familiares que utilizam as remessas expressas internacionais para acessar

peças, componentes, equipamentos e insumos indispensáveis às suas atividades. Em muitos casos, esses produtos não possuem equivalente nacional, não estão disponíveis com a rapidez necessária para atender às demandas do mercado ou possuem preços proibitivos para os pequenos negócios. As remessas expressas cumprem papel fundamental nesse contexto. Mais do que um canal para compras internacionais, elas funcionam como uma ferramenta de integração produtiva, permitindo que pequenas empresas tenham acesso rápido e previsível a insumos que sustentam sua operação diária. Para muitos empreendedores, a possibilidade de receber um item essencial para seu negócio em poucos dias pode significar a diferença entre manter ou interromper uma atividade econômica. O problema é que o modelo atual cria uma distorção difícil de justificar. Enquanto consumidores pessoas físicas conseguem acessar produtos importados em condições tributárias mais favoráveis, pequenas empresas brasileiras continuam sujeitas a um imposto de importação de 60% sobre aquisições realizadas como pessoa jurídica. O resultado é uma situação paradoxal: quem importa para produzir, prestar serviços ou gerar empregos frequentemente suporta uma carga tributária superior àquela aplicada a quem importa para consumo final. Essa assimetria produz efeitos concretos sobre a competitividade dos pequenos negócios. Diferentemente das grandes corporações, as MPMEs possuem menor capacidade de negociação com fornecedores, menor escala operacional, menos conhecimento sobre os processos de importação e menos

marginem para absorver custos adicionais. Quando o acesso a um insumo importado se torna excessivamente oneroso ou até mesmo proibitivo, o impacto é imediato sobre preços, produtividade, capacidade de inovação e expansão dos negócios. O debate também não deve ser interpretado como uma escolha entre apoiar a indústria nacional ou ampliar o acesso ao comércio internacional. Na prática, as duas agendas são complementares. Pequenas empresas que conseguem acessar máquinas, componentes, ferramentas e tecnologias tornam-se mais produtivas, inovadoras e competitivas. Isso fortalece cadeias produtivas locais, amplia investimentos e contribui para a geração de empregos no próprio país. Por isso, o debate sobre a chamada “taxa das blusinhas” não deveria ser apenas sobre o que entra no país, mas sobre quem queremos que tenha condições de crescer dentro dele. Se as MPMEs representam a espinha dorsal da economia brasileira, elas precisam ocupar posição central na formulação de políticas relacionadas ao comércio internacional. A modernização do sistema de importações brasileiro deve buscar equilíbrio entre arrecadação, concorrência leal, proteção da produção nacional e promoção da competitividade. Ignorar as MPMEs significa limitar oportunidades de inovação, produtividade e geração de empregos. Em um país marcado por profundas desigualdades econômicas e regionais, ampliar as condições para que pequenos negócios participem de forma mais eficiente da economia global não é apenas uma agenda empresarial. É um compromisso com desenvolvimento e inclusão.

Resposta do SUS à emergência climática precisa ser fortalecida



» LUCIANA BRAFFMAN
Idealizadora da campanha Saúde Mental Climática e fundadora da Time To Act. Advogada, humanitária, produtora, ativista socioambiental e especialista em políticas públicas

Os impactos mais profundos de um desastre nem sempre são os mais visíveis. Pesquisa inédita do IBGE sobre as enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul mostra que, em dois de cada três domicílios das áreas pesquisadas, ao menos um morador teve a saúde mental abalada. O índice, de 67,5%, fez desse o impacto pessoal mais citado pelas famílias, acima das interrupções na vida social e no convívio com familiares e amigos e das dificuldades de deslocamento para o trabalho, a escola ou a creche. O resultado chama a atenção não apenas pela dimensão, mas pelo que revela sobre a natureza dos desastres climáticos. A destruição de moradias, estradas e serviços essenciais é visível e exige resposta imediata. Já o medo de que a chuva volte, a ansiedade, o luto, a perda de referências e a dificuldade de retomar a vida permanecem quando a fase mais aguda da emergência termina. Enquanto esse artigo é escrito, esse temor voltou a fazer parte da realidade dos gaúchos, com novos temporais que atingiram centenas de municípios, provocando danos, alagamentos e a elevação de rios e arroios. As enchentes de 2024 abalaram o país e deixaram claro que a reconstrução precisa incluir o cuidado com a saúde mental. Quando famílias perdem suas casas, seus meios de vida e a segurança em relação ao próprio território, o sofrimento não desaparece com o fim da emergência. Ele pode se prolongar por meses ou anos e atingir também crianças, idosos, trabalhadores e equipes que atuam na resposta. Esse é um desafio crescente para a saúde pública. Enchentes, secas, queimadas, deslizamentos e ondas de calor não afetam apenas o corpo. Também aumentam a ansiedade, agravam quadros de depressão, provocam luto, estresse prolongado e medo de novos eventos. Em um país cada vez mais exposto a extremos climáticos, preparar os serviços de saúde significa reconhecer que saúde física e saúde mental caminham juntas. Os efeitos também não se distribuem de forma igual. Populações que vivem em áreas de risco, pessoas negras, indígenas, crianças, idosos e famílias com menor renda costumam enfrentar perdas maiores e mais dificuldade para acessar cuidado e reconstruir suas rotinas. Incorporar a saúde mental à adaptação climática é, portanto, também uma medida de equidade em saúde. O Brasil tem uma base essencial para essa resposta: o Sistema Único de Saúde (SUS). Sua presença nos territórios, a atenção primária, os Caps e os demais pontos da Rede de Atenção Psicossocial permitem identificar necessidades, acolher pessoas e acompanhar comunidades ao longo do tempo. Por isso, o caminho não é criar uma estrutura paralela para o atendimento à saúde mental climática, mas fortalecer o SUS e ampliar sua capacidade de prevenção, cuidado e articulação diante dos impactos psicossociais dessa crise. O Ministério da Saúde já vem incorporando os riscos climáticos ao planejamento sanitário. O plano de enfrentamento ao El Niño e às mudanças climáticas organiza ações de vigilância, preparação e resposta a eventos extremos e doenças sensíveis ao clima. Esse avanço pode ser ampliado com a inclusão mais explícita da saúde mental: formação das equipes, produção de dados, protocolos de atendimento, proteção aos profissionais e continuidade do cuidado depois da fase aguda. É justamente essa articulação que orienta o Projeto de Lei 6.151/2025, dos deputados Pompeo de Mattos e Fernanda Melchionna, em tramitação na Câmara dos Deputados. Construído a partir do diálogo entre comunidades afetadas, especialistas, gestores públicos e parlamentares, junto à campanha Saúde Mental Climática, o texto institui uma política nacional para integrar saúde, assistência social, Defesa Civil, educação e políticas climáticas, com responsabilidades compartilhadas entre União, estados e municípios. Entre os instrumentos previstos, estão o Sistema Nacional de Saúde Mental Climática e os Centros de Resiliência, Cura e Reconstrução de Comunidades. A proposta parte das estruturas já existentes e busca garantir que o cuidado seja territorial, contínuo e conectado às necessidades de cada comunidade, tanto na prevenção quanto na reconstrução. Para o Congresso, aprovar essa política é dar resposta a um problema que já chegou aos territórios e agora também aparece com clareza nos dados oficiais. Para gestores e profissionais de saúde, é criar condições para agir antes, durante e depois das emergências. O Brasil tem um sistema público capaz de liderar essa resposta. Fortalecê-lo para enfrentar os impactos da crise climática sobre a saúde mental é um passo necessário para proteger vidas e sustentar a reconstrução das comunidades.